



6. O Programa Universidade para Todos (ProUni): avanços na democratização do ensino superior no Brasil

The University for All Program (ProUni): advances in the democratization of higher education in Brazil

Juan de França Magalhães Costa * @ 

* Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil

RESUMO

A democratização do ensino básico de 1990 no Brasil aumentou a demanda por cursos de graduação. Entretanto, não havia políticas públicas de acesso e permanência nas universidades para a população de baixa renda. O Programa Universidade para Todos foi implementado para atender essa população, com a utilização das novas formas de participação de atores privados na implementação de políticas públicas. O artigo mostra qual é o perfil dos bolsistas do ProUni, identificando como a política pública contribui para a democratização do ensino superior. As informações dos dados abertos do MEC foram quantificadas para mostrar como o público-alvo do programa é beneficiado, com base nas matrículas realizadas entre 2014 e 2020. Os resultados apontam que o programa é eficaz para o acesso do público-alvo, já que mais de 60% das bolsas são concedidas a pessoas com renda familiar entre zero e um salário-mínimo e meio, mais de 55% dos bolsistas são pretos, pardos e indígenas, cerca de 0,70% dos bolsistas possui deficiência e as mulheres são a maioria dentre os bolsistas. A pesquisa mostra que há diferenças a nível regional, com resultados mais satisfatórios nas regiões menos desenvolvidas.

Palavras-chave: Programa; bolsistas; ProUni; percentual

The University for All Program (ProUni): progress in the democratization of higher education in Brazil

ABSTRACT

The 1990's democratization of basic education in Brazil increased the demand for undergraduate programs. However, there were no public policies for access and per-

manence in universities for the low-income population. The University for All Program was implemented to attend this population, using new forms of participation of private actors in the implementation of public policies. The article shows the profile of ProUni's scholarship holders, identifying how this public policy contributes to the democratization of higher education. The open data information from the Brazilian Ministry of Education was quantified to show how the program's target audience benefits, based on enrollments between 2014 and 2020. The results show that the program is effective for the access of the target audience, since more than 60% of the scholarships are granted to people with family income between zero and one and a half times the minimum salary, more than 55% of the scholarship holders are black, brown and indigenous, about 0.70% of the scholarship holders have disabilities, and women are the majority among the scholarship holders. The survey shows that there are regional differences, with more satisfactory results in the less developed regions.

Keywords: Program; scholarship holders; ProUni; percentage

El Programa Universidad para Todos (ProUni): avances en la democratización de la educación superior en Brasil

RESUMEN

La democratización de la educación básica en Brasil en los años 90 aumentó la demanda de cursos de pregrado. Sin embargo, no existían políticas públicas de acceso y permanencia en las universidades para la población de bajos ingresos. El Programa Universidad para Todos se implementó para atender a esta población, utilizando las nuevas formas de participación de los actores privados en la implementación de políticas públicas. El artículo muestra el perfil de los becarios de ProUni, identificando cómo la política pública contribuye a la democratización de la educación superior. La información de los datos abiertos del Ministerio de Educación de Brasil (MEC) se cuantificó para mostrar cómo se beneficia el público objetivo del programa, basándose en las inscripciones realizadas entre 2014 y 2020. Los resultados indican que el programa es eficaz en el acceso al público objetivo, ya que más del 60% de las becas se conceden a personas con ingresos familiares que oscilan entre cero y un salario mínimo y medio, más del 55% de los becarios son negros, mestizos e indígenas, alrededor del 0,70% de los becarios tienen discapacidades y las mujeres son mayoría. La encuesta muestra que hay diferencias regionales, con resultados más satisfactorios en las regiones menos desarrolladas.

Palabras clave: Programa; becarios; ProUni; porcentaje

Le Programme de l'Université pour tous (ProUni): des avancées dans la démocratisation de l'enseignement supérieur au Brésil

RÉSUMÉ

La démocratisation de l'éducation de base au Brésil dans les années 1990 a augmenté la demande des cours de premier cycle. Cependant, il n'y avait pas de politiques publiques sur l'accès et la permanence dans les universités pour la population à faible revenu. Le programme Université pour tous a été mis en place pour répondre à cette population, en utilisant les nouvelles formes de participation des acteurs privés à la mise en œuvre des politiques publiques. L'article présente le profil des boursiers de ProUni et montre comment les politiques publiques contribuent à la démocratisation de l'enseignement supérieur. Les informations provenant des données ouvertes du Ministère de l'Éducation du Brésil (MEC) ont été quantifiées pour montrer comment le public cible du programme en bénéficie, sur la base des inscriptions effectuées entre 2014 et 2020. Les résultats indiquent que le programme est efficace dans l'accès au public cible, puisque plus de 60% des bourses est accordé à des personnes dont le revenu familial se situe entre zéro et un salaire et demi minimum, plus de 55% des boursiers sont noirs, métis et indigènes, environ 0,70% des boursiers sont handicapés et les femmes sont majoritaires. L'enquête montre qu'il existe de différences régionales, les résultats étant plus satisfaisants dans les régions moins développées.

Mots-clés: Programme; boursiers; ProUni; pourcentage

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas passaram por diversas modificações ao longo dos anos 1990 no Brasil. A Constituição Federal possibilitou a participação de novos atores, inclusive da sociedade civil na implementação de políticas públicas. Além disso, o Estado sofreu diversas modificações em função da implementação da política de ajuste fiscal iniciada no governo Collor (1990-1992) e intensificada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As administrações federais adotaram medidas de austeridade fiscal e, assim, houve redução do tamanho do Estado. Isso possibilitou a ampliação dos atores privados na implementação de políticas públicas em diversos setores, inclusive no educacional (Almeida, 2006; Silva & Sguissardi, 2005).

Diante das alterações no papel do Estado, o foco das ações do governo passou a ser no sentido de reduzir o endividamento público e elevar o supe-

rávít primário. Isso teve reflexos imediatos no volume de investimentos reduzindo-os ao longo da gestão FHC. O governo Lula (2003-2010) deu continuidade a essas medidas durante o primeiro mandato e ampliou a participação de novos atores na implementação de políticas públicas, com destaque para a aprovação da lei das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11079, de 30 de dezembro de 2004), que teve impacto direto nas diretrizes de políticas públicas, tendo em vista o fato de que a lei possibilita a ampliação dos atores privados na implementação. Isso fez com que houvesse menor volume de investimento público no ensino superior. Por outro lado, diversos atores, tanto nacionais como internacionais (como o caso da OCDE), pressionaram ambas as gestões para que fossem formuladas políticas públicas que viessem a democratizar o acesso e a permanência no ensino superior, como forma de suprir a demanda de vagas por pessoas de baixa renda. De acordo com a literatura, o Programa Universidade para Todos (ProUni) surgiu no âmbito dessas discussões (Carvalho, 2006; Carvalho & Lopreato, 2005; Rosseto & Gonçalves, 2005; Sguissardi, 2006).

Durante a tomada de decisão no Congresso, os mantenedores das Instituições de Ensino Superior privadas foram determinantes para promover o redesenho da política pública. Todas as mudanças propostas no projeto de lei vieram desses atores, que incluíram as bolsas parciais de 50%, que não existiam no projeto apresentado, e uma série de flexibilizações nas obrigações das Instituições de Ensino Superior (IES), inclusive quanto a forma de descredenciar as instituições do programa. Com isso, não houve mudanças no sentido de restringir a participação das IES, mas sim ampliar. De qualquer modo, a política pública foi aprovada e passou a prever bolsas integrais para pessoas com renda familiar entre zero e um salário-mínimo e meio, bolsas parciais para pessoas com renda familiar entre um salário-mínimo e meio e três, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e professores que atuam no ensino básico (Araujo, 2012; Carvalho, 2006; Souza & Menezes, 2014).

Entre 2005 e 2020, o programa beneficiou 2.859.370 estudantes de ensino superior em todas as regiões do país. As pesquisas sobre implementação do ProUni se concentram em estudos de caso qualitativos acerca da importância do programa em promover o acesso e a permanência. Apesar da eficácia quanto ao ingresso na universidade, elas mostram que existem dificuldades

para a permanência dos bolsistas, sobretudo pela dificuldade em conciliar o trabalho e o curso escolhido (Felicetti & Cabrera, 2017; Fontele & Crisóstomo, 2016; Mongim, 2015).

Há, contudo, uma lacuna quanto à observação dos dados de matrículas dos bolsistas, onde não é possível saber como são distribuídas as bolsas nem compreender como os grupos-alvo do programa são atendidos. Dessa forma, o artigo tem por objetivo mostrar qual o perfil dos bolsistas que se matricularam por meio do ProUni entre 2014 e 2020 em âmbito nacional e regional, levando em conta a raça, o tipo de bolsa, se possui deficiência e o gênero. Apesar de não mostrar qual a representatividade acerca dos professores que atuam no ensino básico, a pesquisa com base na exposta estratificação possibilita entender de que forma o programa é representativo para os demais públicos do programa, ou seja, pretos, pardos, indígenas, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência, além de compreender como a política pública é distribuída de acordo com o gênero.

Para a elaboração do artigo foram analisados artigos, teses e dissertações sobre o ProUni para mostrar como é constituída a política pública em questão, qual a relevância desta para o acesso e permanência dos estudantes e quais atores foram relevantes para o desenho do programa. Além disso, foram analisados documentos oficiais que tratam das regras formais do programa para apresentar o arranjo institucional deste. Ademais, foram analisados os dados sobre a concessão de bolsas disponibilizados pelo portal de dados abertos do Ministério da Educação. Esses dados foram quantificados, transformados em percentuais e depois desagregados para fazer comparações a nível nacional e regional.

Assim, o artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira será apresentado como surgiu o Programa Universidade para Todos, levando em conta o contexto, atores importantes e o redesenho do programa. Na segunda será mostrado como ocorre a implementação do programa e o papel de cada ator, de forma a apresentar o arranjo institucional. Por fim, na terceira seção são mostrados os resultados da pesquisa divididos em quatro níveis de análise.

2. FORMULAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: MANUTENÇÃO DO STATUS QUO

As discussões sobre a ampliação do acesso já haviam se iniciado antes da criação do programa. A privatização do ensino superior, iniciada nos anos 1960 e aprimorada na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), associada as dificuldades de acesso e permanência dos jovens de classes sociais mais baixas impediam o alcance da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino superior. O Plano foi implementado por meio da lei nº 10.172/2001 e estabeleceu metas em valores percentuais de estudantes em cada nível de ensino. No caso do ensino superior, a meta era de que ao menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estivessem cursando o ensino superior até 2010 (Carvalho, 2014; Ministério da Educação [MEC], 2014).

W. Almeida (2014) destaca a situação das instituições privadas de ensino superior. O autor explica que a partir dos anos 90 e, principalmente, nos anos 2000, passou a haver uma ociosidade considerável de vagas no ensino superior privado, bem como um elevado índice de inadimplência, fruto da ineficiência dessas instituições frente a demanda de brasileiros por cursos de graduação. Isso contribuiu para pressionar o governo a buscar soluções para reverter esse quadro, que resultou da flexibilização da legislação em benefício das IES privadas sem que houvesse uma forma de levar em conta aspectos relacionados a possibilidade de que o estudante pudesse arcar com as mensalidades. Ou seja, o modelo proposto com a legislação introduzida entre 1996 e 1997 entrou em colapso.

Diante disso, a troca de gestão entre o governo FHC e o governo Lula foi marcada diversos debates sobre a Reforma Universitária, para que fosse possível realizar a democratização do ensino superior. A principal forma encontrada foi por meio da criação do ProUni. A criação do programa se deve ao fato de diversos atores (entre eles estudantes e mantenedoras) terem pressionado o governo a encontrar uma solução para o acesso e permanência dos estudantes de baixa renda (Mancebo, 2004).

O projeto de lei da criação do programa, no entanto, não contemplou todos os interesses de atores importantes que seriam também beneficiados pelo programa, os mantenedores das instituições de ensino superior privadas. Com isso, esses atores exerceram grande influência junto ao congresso e realizaram diversas modificações. Isso provocou o recuo do MEC para levar

em conta o interesse das instituições privadas (Carvalho, 2006). Souza e Mezezes (2014) seguem a mesma linha e explicam que os mantenedores representam um pequeno grupo de atores, que tem interesses econômicos nas decisões governamentais e, por isso, buscaram o máximo de informações possíveis para exercer influência no projeto.

O resultado da pressão exercida foi positivo, com a inclusão e alteração de várias regras no desenho do programa. Catani e Gilioli (2005) mostram que quando o projeto de lei entrou em votação, previa bolsas integrais para estudantes com renda de 0 a 1,5 salários-mínimos, uma bolsa para cada nove alunos pagantes (no caso das instituições não beneficentes, com ou sem fins lucrativos) e uma bolsa integral para cada quatro alunos (no caso das IES filantrópicas), além das IES serem obrigadas a aderir ao FIES, caso quisessem implantar o ProUni, e da suspensão do programa na instituição que não obtiver nota suficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por dois anos consecutivos ou três intercalados. O critério de ingresso determinado foi a nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e não pode zerar a avaliação de redação. Todavia, o projeto foi desfigurado e passou a ser mais flexível com as instituições, sem alterar os benefícios concedidos e o critério de nota do ENEM. Quando o ProUni foi aprovado em Medida Provisória, no Senado, destinou bolsas integrais para estudantes com renda de 0 a 1,5 salários-mínimos, bolsas parciais para estudantes com renda de 1,5 a 3 salários-mínimos, uma bolsa para cada 10,7 alunos pagantes (IES não beneficentes, com ou sem fins lucrativos) e uma bolsa para cada 28 alunos pagantes (IES beneficentes), a adesão ao FIES se tornou opcional para a IES e a suspensão em caso de nota insuficiente no SINAES foi alterada de dois para três anos consecutivos (Catani et al., 2006; Schneider et al., 2019). As instituições que concedem as bolsas obtêm isenção dos seguintes impostos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e Contribuição para o Programa de Integração Social (MEC, 2014).

Após a promulgação da lei do ProUni, houve críticas no sentido de que a política pública não previa mecanismos de permanência para os estudantes, principalmente em cursos que demandassem dedicação integral, o que levou a criação da bolsa permanência para os bolsistas integrais e que estives-

sem em cursos de período integral como forma de corrigir a lacuna (Catani et al., 2006).

O que se observa, com isso, é que apesar de ser uma política pública para viabilizar a democratização do ensino superior, o ProUni acabou atendendo os interesses das instituições privadas, que estavam preocupadas com a baixa demanda de estudantes por cursos superiores, além de somente promover o acesso ao ensino superior. Vários autores afirmam, inclusive, que o programa foi uma forma de privatização do ensino superior (S. Almeida, 2006; Catani & Hey, 2007; Mancebo, 2004; Silva & Sguissardi, 2005).

Além disso, a evidência aponta para um modelo de continuidade da política de acesso ao ensino superior que já vinha sendo adotada por meio das instituições privadas, com mudanças incrementais realizadas no sentido de conceder bolsas de estudo para que pessoas de baixa renda, negros, indígenas, pessoas com deficiência e professores que atuam no ensino básico pudessem ingressar em algum curso de graduação. A formulação ocorreu, portanto, de acordo com os conceitos propostos por Lindblom, aonde as alternativas vieram no sentido de manter o status quo das políticas educacionais, com ênfase nas correções a respeito da desigualdade de renda (Lindblom, 2010; Paulino, 2015).

2.1. Implementação e arranjo institucional do programa

O Programa Universidade para Todos possui um arranjo institucional híbrido. Dessa forma, a política pública está legitimada por meio de um desenho normativo, o qual o Ministério da Educação é responsável, e implementado pelas instituições de ensino superior privadas que aderiram ao ProUni. A singularidade observada no arranjo institucional remete às novas formas de ação do Estado, em que a interação dos atores durante a implementação sofreu mudanças, sobretudo por meio da possibilidade de participação de atores privados, com a Lei de Parceria Público-Privada (Carvalho & Lopreato, 2005; Fiani, 2014; Paulino, 2015).

Dessa forma, a implementação acontece em duas etapas. O candidato que realizou o Exame Nacional do Ensino Médio no ano anterior e que atende aos demais requisitos insere os dados pertinentes no site do Programa Universidade para Todos, seleciona qual instituição e curso deseja, sendo possível escolher duas IES e selecionado somente em uma. O MEC elabora uma classifi-

cação de acordo com o curso de cada IES privada, tendo como base a nota no ENEM e divulga o resultado, que é o momento em que ocorre a segunda fase de implementação. O candidato contemplado com a bolsa leva a documentação comprobatória para IES privada que foi escolhida e os funcionários do corpo administrativo da instituição inserem os dados do bolsista no site do ProUni, sendo que durante a pandemia passou a ser permitida a entrega por meio remoto. Durante todo o percurso acadêmico do bolsista não há qualquer contato com membro do MEC, apenas com os funcionários da IES, mesmo durante as comprovações de renda familiar e da assinatura do Termo de Atualização de Usufruto da Bolsa, ambos de periodicidade semestral exigidas pelo órgão ministerial (Edital nº 71, 2019; Edital nº 42, 2020; MEC, 2014).

O bolsista não pode ter mais do que 25% de reprovações em disciplinas ao longo do semestre, tendo em vista que ao ultrapassar esse limite, a bolsa passa por avaliação. No caso das bolsas parciais, o estudante pode solicitar o complemento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em qualquer período, desde que a IES esteja cadastrada para o financiamento e que o bolsista tenha sido aceito no processo seletivo do FIES. Já no caso da bolsa integral e de cursos que sejam realizados em período integral, o estudante pode solicitar a Bolsa Permanência (Edital nº 71, 2019; Ministério da Educação [MEC], 2015).

No que permeia a regulação, a política pública é supervisionada pela Diretoria de Políticas e Programas de Graduação (DIPES), que cuida do desenvolvimento das IES públicas e privadas e supervisiona também o FIES e o Programa Nacional de Assistência estudantil. Essa diretoria pertence a Secretaria de Educação Superior (SESu), que assume um papel estratégico no âmbito das ações de coordenação e supervisão no Ministério da Educação para promover a formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Já o MEC tem a finalidade de gerenciar os mecanismos que assegurem a identificação da qualidade das instituições, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É essa avaliação, conforme demonstrado acima, a que determina o descredenciamento das IES privadas em caso de nota baixa e que foi motivo de mobilização das mantenedoras para a alteração nas regras (MEC, 2014).

Além disso, um órgão que desempenha papel fundamental na fiscalização é o TCU. Este faz um acompanhamento detalhado e leva a cabo as denúncias

acerca das irregularidades durante a implementação, como o nível de ociosidade das bolsas, que já foi alvo de algumas auditorias e já foi recomendado que o FIES fosse utilizado de maneira mais efetiva pelos bolsistas parciais (Leoni, 2018). Outro órgão que faz essa função é a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP). Ele é composto por 12 membros, incluindo bolsista nomeado pela União Nacional dos Estudantes, estudantes do ensino médio, professores da rede privada do ensino superior, dirigentes das IES privadas, membros da sociedade civil e do MEC. Ele controla as Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social (COLAP). Além de fiscalizar, esses órgãos devem realizar o acompanhamento da implementação e interagir com os membros da comunidade acadêmica, para saber se a implementação está ocorrendo da maneira prevista (Portaria nº 1132, 2009).

O que foi apresentado até agora mostra que o programa é implementado em duas etapas. A primeira ocorre através do contato entre o candidato a bolsa e o site do programa. A segunda ocorre entre a IES privada e o bolsista, sendo que a implementação se dá através desta até a conclusão do curso. Ou seja, como o Programa Universidade para Todos apresenta um arranjo institucional híbrido, onde o Estado é responsável pelo cadastro e direcionamento do bolsista a instituição ao qual foi aprovado. Além disso, exerce um papel de regular e fiscalizar a política pública. Ademais, a presença dos conselhos nacional e locais demonstra a importância de uma análise mais aprofundada da governança do ProUni.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada por possuir elementos de metodologia quantitativa, com a utilização de análise descritiva para comparar grupos da população de estudantes que utilizaram o ProUni para ingressar no ensino superior. A abordagem quantitativa requer cuidados acerca de como promover o levantamento dos dados, especificar de maneira adequada qual a população e a amostra da pesquisa e se a coleta será cruzada ou longitudinal. A instrumentação é um elemento fundamental da pesquisa quantitativa, pois é preciso gerar validade e confiabilidade acerca dos resultados obtidos na apresentação da análise (Creswell, 2013).

Para a realização da pesquisa, foi utilizada na instrumentação a base de dados abertos do Ministério da Educação onde ficam armazenadas as informa-

ções acerca do total de matrículas dos bolsistas. O repositório conta com descrições das matrículas realizadas anualmente entre 2005 e 2020, armazenadas em planilhas de Excel. As informações disponibilizadas são: número de identificação da IES; nome da IES; tipo da bolsa (integral ou parcial 50%); modalidade (presencial ou EAD); nome do curso; turno; CPF com seis dígitos do meio divulgados; sexo do bolsista; raça; data de nascimento; deficiência; região; e município.

Para o artigo, foram utilizadas apenas as seguintes categorias dispostas nos dados: o tipo da bolsa, modalidade, sexo do bolsista, raça, deficiência e região. A população do estudo é composta por 2.859.370 bolsistas e a amostra abrange 1.585.563 bolsistas, todos matriculados entre 2014 e 2020. Ou seja, a amostra representa 55,45% do total da população. Levando em conta que o levantamento envolveu um ponto específico no tempo conforme especificado em Creswell (2013), ele teve como base a seção cruzada.

O tratamento dos dados consistiu em primeira etapa na estratificação dos dados nacionais, onde as variáveis da categoria região foram ignoradas nessa fase. Dessa forma, as categorias analisadas possuem as seguintes variáveis: integral e parcial para o tipo da bolsa; presencial e EAD para a modalidade; feminino e masculino para o sexo do bolsista; branco, preto, pardo, amarelo e indígena para raça; e sim e não para deficiência. Assim, cada variável foi contabilizada quantas vezes aparecia em cada ano de acordo com a categoria selecionada e comparada com o número de matrículas de cada ano. Com base nessas informações, foi possível extrair o valor percentual de cada variável sobre cada categoria analisada. Os percentuais foram contabilizados para gerar validade e confiabilidade.

Na segunda etapa, os dados de cada ano foram desagregados com base nas variáveis da categoria região, sendo Norte, Nordeste, Sudeste, Sul ou Centro-Oeste. Dessa maneira, o mesmo procedimento realizado a nível nacional foi feito em cada região, de forma a estabelecer o valor percentual de cada variável na categoria estabelecida nas cinco regiões do Brasil. Os percentuais obtidos foram agrupados em 11 tabelas com base em quatro análises: sexo; tipo de bolsa; raça e deficiência, onde foi possível comparar os resultados a nível nacional e regional.

4. RESULTADOS

A primeira análise consiste no recorte de gênero dos bolsistas do ProUni. A divisão por sexo contida nas observações menciona apenas os gêneros feminino e masculino, o que permite saber a representação de ambos. Os dados apresentados na tabela 1 mostram que ao longo dos sete anos observados ingressam ao menos 54% de pessoas do sexo feminino no ensino superior por meio da política pública em nível nacional. O percentual cresceu substancialmente a partir de 2017 e chegou a 60,62% em 2020, durante a pandemia de covid-19. Ou seja, a pandemia não alterou a tendência da ampliação de mulheres bolsistas. Em contrapartida, a tabela 2 mostra que o percentual de homens caiu no mesmo período.

Tabela 1. Distribuição de bolsas por sexo – Feminino (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	56,73	53,67	53,44	57,35	58,92	57,57
2015	55,57	53,18	53,24	56,40	56,56	55,90
2016	54,84	52,38	52,54	55,41	56,41	56,07
2017	54,50	53,74	52,98	54,31	55,87	56,79
2018	56,44	55,74	54,41	56,52	57,64	59,15
2019	58,24	58,12	57,45	58,29	58,29	60,01
2020	60,62	60,77	59,39	60,94	61,08	61,40

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

As tabelas também evidenciam diferenças regionais em relação ao gênero. Em 2014, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam mais bolsistas do sexo feminino do que a média nacional, ao passo que as regiões Norte e Nordeste tinham menos bolsistas mulheres que o restante do Brasil, de forma que o percentual de homens era superior a 47% nas duas regiões. A partir de 2017, o Norte e o Nordeste se destacaram na velocidade de crescimento do percentual de bolsistas mulheres, ao passar de 53,74% e 52,98% em 2017 para 60,77% e 59,39% em 2020, respectivamente. Isso mostra que

houve uma convergência da proporção de pessoas do sexo feminino nessas localidades para a média nacional (em que pese o fato de a região Nordeste ainda ter ficado 1,2% abaixo do restante do país em 2020).

A pandemia não alterou a velocidade da convergência nas duas regiões. Já as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram crescimento na distribuição de bolsas para mulheres durante a pandemia, sendo que as duas últimas ficaram acima da média nacional e ultrapassaram 61%.

Tabela 2. Distribuição de bolsas por sexo – Masculino (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	43,27	46,33	46,56	42,65	41,13	42,43
2015	44,43	46,82	46,76	43,60	43,47	44,10
2016	45,16	47,62	47,46	44,59	43,59	43,93
2017	45,50	46,26	47,02	45,69	44,13	43,21
2018	43,56	44,26	45,59	43,48	42,36	40,86
2019	41,76	41,88	42,55	41,71	41,71	40,00
2020	39,38	39,22	40,61	39,05	38,91	38,60

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

A segunda análise consiste na proporção de bolsas integrais e parciais. Essa é a estratificação mais abrangente e atinge o principal objetivo do programa, uma vez que possibilita entender como estão distribuídas as bolsas de acordo com a renda, onde pessoas com renda domiciliar de até 1,5 salário-mínimo tem direito a bolsa integral (100%) e pessoas com renda domiciliar de 1,5 salário-mínimo até 3 salários-mínimos tem direito a bolsa parcial de 50%.

Os dados são irregulares ao longo dos sete anos observados. A nível nacional é possível perceber que entre 2014 e 2017 o percentual de bolsas integrais caiu, ao passar de 78,73% para 65,52% no período. Em sentido contrário, o percentual de bolsas parciais cresceu de 21,27% para 34,48% nos mesmos anos. De 2018 a 2020 houve reversão do comportamento observado, de forma que a distribuição de bolsas integrais cresceu e chegou a

78,37% em 2020, o que se refletiu em menor concessão de bolsas parciais. Da mesma forma que no recorte de gênero, a pandemia não afetou a tendência nacional de aumento da concessão de bolsas integrais iniciada a partir de 2018.

Tabela 3. Concessão de bolsas integrais (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	78,73	82,40	81,10	77,77	78,73	76,65
2015	73,26	80,48	71,66	73,33	76,29	63,72
2016	65,79	70,68	55,88	69,43	73,01	52,09
2017	65,52	67,34	55,65	70,39	67,53	58,20
2018	67,03	65,01	56,28	72,39	71,61	60,36
2019	74,40	74,14	64,92	81,12	70,70	68,81
2020	78,37	79,43	72,99	82,67	76,62	74,41

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

Ao desagregar os dados por região, é possível perceber que a proporção apresenta características diferentes. A mesma tendência que ocorre no país é observada em todas as regiões nos sete anos analisados, mesmo durante a pandemia, de acordo com as tabelas 3 e 4. Todavia, enquanto na região Sudeste houve maior convergência no sentido da média nacional, na região Centro-Oeste a distribuição de bolsas integrais ficou significativamente abaixo do restante do país. Nesta última região houve um percentual relevante de bolsistas parciais, quase 48% em 2016, em comparação com os 30,57% da região Sudeste no mesmo ano.

A inflexão observada a nível nacional a partir de 2018 não se refletiu na mesma proporção na região central, que em 2020 concedeu 74,44% de bolsas integrais e 25,56% de bolsas parciais. Na região Nordeste, o percentual de bolsas parciais apresentou o comportamento mais significativo entre todas as localidades, pois teve um aumento expressivo na concessão destas durante a tendência nacional, de forma que em 2014 era a quarta região em importância para essa modalidade e a partir de 2017 passou a ser a primeira

na concessão de bolsas para pessoas com renda familiar entre 1,5 e 3 salários-mínimos.

Tanto os resultados em nível nacional quanto em nível regional apontam para a maior concessão de bolsas para pessoas com renda familiar de até 1,5 salários-mínimos, o que mostra a relevância da política pública para a população de baixa renda.

Tabela 4. Concessão de bolsas parciais (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	21,27	17,60	18,90	22,23	21,32	23,35
2015	26,74	19,52	28,34	33,58	23,74	36,28
2016	34,21	29,32	44,12	30,57	26,99	47,90
2017	34,48	32,66	44,35	29,61	32,47	41,80
2018	32,97	34,99	43,72	27,61	28,39	39,64
2019	25,60	25,86	35,08	18,88	29,30	31,19
2020	21,63	20,57	27,01	17,33	23,98	25,56

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

A lei do programa prevê também a concessão de bolsas a pessoas com deficiência e a terceira análise possibilita mostrar qual a representação destes na política pública. Os dados gerais apontam para o fato de que em torno de 0,70% das bolsas são concedidas a pessoas que possuem alguma deficiência. A pandemia não parece ter afetado o acesso de pessoas com deficiência, conforme é possível observar na tabela 5.

Os resultados são similares quando desagregados em termos regionais. A região Centro-Oeste é a que possui o maior percentual dentre as cinco regiões. Entre 2014 e 2017 a diferença era mais evidente e em 2015 mais de 1% das bolsas foram concedidas a pessoas com deficiência na região, sendo que após 2018 houve uma convergência para a média nacional. A região Nordeste, por sua vez, tem apresentado desde 2018 menos pessoas com deficiência que a média do país e é a região que possui o menor percentual. O que se observa, com isso, é que o arranjo do programa apresenta eficácia

Tabela 5. Distribuição regional de bolsas a pessoas com deficiência (%)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	0,79	0,80	0,80	0,79	0,71	0,96
2015	0,83	0,82	0,78	0,81	0,81	1,05
2016	0,74	0,69	0,78	0,71	0,72	0,85
2017	0,75	0,66	0,72	0,74	0,71	0,96
2018	0,66	0,60	0,59	0,68	0,65	0,79
2019	0,72	0,75	0,56	0,77	0,72	0,83
2020	0,76	0,79	0,66	0,78	0,82	0,82

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

quanto à promoção de pessoas com deficiência no ensino superior e contribui para a diversidade.

Composição étnico-racial dos bolsistas

A quarta análise diz respeito a distribuição de bolsas por raça. Isso possibilita entender como pretos, pardos e indígenas são beneficiados com o ProUni. Ao longo dos sete anos da amostra a nível nacional, foi possível observar na tabela 6 que o percentual de pardos aumentou cerca de 3%, onde em 2014 representavam 43,35% dos bolsistas e em 2020 eram 46,79% de todos os matriculados com o ProUni. O percentual de pretos e indígenas não oscilou durante os sete anos. A representação destes ficou em torno de 13% e 0,1%, respectivamente. As três raças somadas compunham 56,53% do total de bolsas concedidas em 2014 e em 2020 representavam 59,56% do total. É possível identificar que a política pública é eficaz para promover a diversidade racial, em que pese o fato de a lei do ProUni assegurar a proporção da composição étnica de cada localidade na oferta de vagas. Ademais, a pandemia não afetou negativamente a proporção de pretos, pardos e indígenas. A tabela 6 apresenta os resultados

Ao fazer a análise levando em conta a concessão de bolsas de acordo com as cinco regiões do Brasil, é possível perceber diferenças significativas na representação étnica. Na região Sul em todo o período observado, mais de

Tabela 6. Concessão de bolsas de acordo com a raça a nível nacional (%)

Ano	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Não informada
2014	41,67	43,35	13,10	1,72	0,08	0,08
2015	41,66	43,79	12,68	1,70	0,08	0,09
2016	40,64	44,87	12,54	1,84	0,08	0,00
2017	39,92	45,31	12,99	1,69	0,08	0,01
2018	38,69	46,53	12,96	1,73	0,08	0,01
2019	38,27	46,86	13,06	1,69	0,09	0,00
2020	38,65	46,79	12,68	1,74	0,09	0,04

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

70% das bolsas foram concedidas para pessoas brancas, embora o percentual tenha caído cerca de 4% ao longo dos sete anos. De qualquer maneira, o resultado é mais de 30% superior à média nacional.

Em contraste, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste houve a distribuição de menos bolsas para brancos que a média nacional. No Norte, o percentual oscilou entre 12% e 14%, mais de 20% abaixo da média nacional. O Nordeste também possui menos de 20% de bolsistas brancos, a diferença é que a pandemia provocou um aumento de mais de 1% na distribuição de bolsas para brancos. Na região Centro-Oeste, por sua vez, foi onde houve a maior diferença em relação a pandemia, já que em 2019 o percentual de bolsistas brancos foi de 25,91% ao passo que em 2020 a representação passou para 28,65%. Já a região Sudeste apresenta percentuais que se aproximam da distribuição nacional, como mostra a tabela 7.

Em relação aos bolsistas pardos, a maioria se encontra nas regiões Norte e Nordeste. A primeira apresenta percentuais superiores a 72% em todos os anos da série analisada, com tendência de crescimento. Já a segunda apresenta percentuais superiores a 61% de pardos no período com tendência de elevação, de maneira análoga a região Norte.

Em nítido contraste, a região Sul apresenta a menor proporção de pardos, embora tenha havido crescimento ao longo da série observada e o percentual tenha sido de mais de 20% nas duas últimas observações. A elevação

Tabela 7. Distribuição regional de bolsas de acordo com a raça – branca (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	13,67	17,58	43,96	76,02	27,51
2015	14,23	18,31	43,61	75,38	27,77
2016	14,28	18,98	43,75	75,41	26,82
2017	13,57	17,38	42,65	74,41	25,33
2018	14,02	17,95	41,67	74,19	25,21
2019	12,89	18,14	43,39	72,51	25,91
2020	13,08	19,53	44,33	72,54	28,65

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

ocorreu na mesma proporção de queda de bolsistas brancos mencionada anteriormente. Mesmo assim, o resultado está significativamente abaixo da média nacional. A região Centro-Oeste, por sua vez, tem mais de 50% de bolsistas pardos, enquanto o Sudeste tem percentuais próximos a média nacional e não apresenta linearidade nos dados. A tabela 8 mostra os dados.

Em relação aos bolsistas pretos, a região Nordeste apresenta o maior percentual e está acima da média nacional. Todavia, o resultado mostrou queda ao longo dos sete anos analisados, já que em 2014 o percentual foi de 19% ao passo que em 2020 foi menor que 16%. A queda contrasta com a alta da

Tabela 8. Distribuição regional de bolsas de acordo com a raça – parda (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	72,27	61,23	40,46	17,57	54,83
2015	72,72	61,22	41,13	18,11	54,56
2016	72,68	61,15	41,23	18,56	55,70
2017	73,30	61,72	41,99	19,51	57,10
2018	73,28	62,50	42,76	19,22	57,35
2019	73,82	62,71	41,19	21,09	56,64
2020	73,19	62,28	40,43	20,77	54,67

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

representatividade de bolsistas brancos nesta região e aproxima da média nacional, além do fato da pandemia ter ampliado a velocidade da queda.

Por outro lado, o Sul é a região com menor percentual de pretos, com aproximadamente 5% de bolsistas. As demais regiões apresentam percentuais próximos a média do país. A pandemia não afetou a distribuição de bolsas nas regiões Sudeste e Norte, mas afetou na região Centro-Oeste, onde o resultado saiu de 14,32% em 2019 para 13,32% em 2020, como é possível observar na tabela 9.

Tabela 9. Distribuição regional de bolsas de acordo com a raça – preta (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	11,41	19,01	13,86	5,41	14,53
2015	10,99	18,12	13,62	5,20	14,57
2016	10,60	17,49	13,36	4,93	14,06
2017	11,36	18,67	13,80	5,00	14,17
2018	10,53	17,24	14,00	5,48	14,51
2019	11,41	16,97	13,88	5,29	14,32
2020	11,45	15,89	13,70	5,57	13,32

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

A tabela 10 mostra que a raça amarela é a que apresenta menos contrastes entre as cinco regiões. De qualquer maneira, é possível tirar conclusões relevantes, como o fato de a região Centro-Oeste ser a que tem o maior percentual de bolsistas pertencentes a essa raça, cerca de 3%, e a região Sul ser a região com menor percentual, aproximadamente 1%. As regiões Norte, Nordeste e Sudeste apresentam resultados em linha com a média do país.

Em relação as raças ainda, convém ressaltar a distribuição das bolsas para os indígenas apresentada na tabela 11. A região Norte apresenta o maior percentual de indígenas bolsistas do programa no país, com 0,40%, aproximadamente. Enquanto isso, a região Sul tem menos de 0,05% de indígenas em todos os anos observados, o que é semelhante com a relação ao Sudeste. As regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam valores próximos a média nacional. Ademais, a pandemia não alterou a composição de bolsas para pardos nas cinco regiões.

Tabela 10. Distribuição regional de bolsas de acordo com a raça – amarela (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	2,09	2,03	1,56	1,01	3,01
2015	1,78	2,13	1,56	1,08	2,89
2016	2,09	2,27	1,61	1,07	3,31
2017	1,55	2,11	1,52	1,05	3,12
2018	1,82	2,17	1,52	1,10	2,80
2019	1,57	2,05	1,50	1,09	3,02
2020	1,85	2,13	1,49	1,06	3,13

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

Tabela 11. Distribuição regional de bolsas de acordo com a raça – indígena (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014	0,39	0,13	0,04	0,02	0,10
2015	0,27	0,12	0,04	0,03	0,16
2016	0,33	0,10	0,05	0,03	0,10
2017	0,22	0,11	0,03	0,02	0,28
2018	0,35	0,14	0,04	0,01	0,10
2019	0,31	0,14	0,04	0,02	0,11
2020	0,39	0,13	0,02	0,01	0,15

Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos dados abertos MEC.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O primeiro nível de análise mostrou que as mulheres são a maioria dentre os estudantes e a representatividade do gênero cresceu ao longo das quatro últimas observações. A pandemia ampliou a tendência de crescimento e, em 2020, mais de 60% dos matriculados eram mulheres. Quando observados os dados regionais, as regiões Norte e Nordeste possuíam menos mulheres bolsistas que a média nacional, mas passou a haver um crescimento substancial ao longo das últimas observações de forma que houve uma convergência para a média do país.

O segundo nível de análise, por sua vez, mostrou que a maior parte das bolsas concedidas é integral, ou seja, beneficia mais pessoas que possuem renda familiar de zero até um salário-mínimo e meio do que pessoas que tem renda familiar de um salário-mínimo e meio até três salários-mínimos, sobretudo com o aumento da concessão de bolsas integrais ocorrido a partir de 2018. A pandemia manteve a tendência de alta destas últimas.

Já o terceiro nível mostrou que o programa concedeu cerca de 0,70% de bolsas para pessoas com deficiência anualmente. Dessa forma, os resultados da pesquisa sugerem a possibilidade de que o programa é eficaz para a democratização do ensino superior, bem como promove a diversidade no interior das universidades privadas. As evidências mais conclusivas em termos de eficácia para o público-alvo estão presentes nas regiões mais pobres do país.

Por fim, o quarto nível mostrou que mais de 56% do total de bolsas foi destinado a pretos, pardos e indígenas ao longo do período, sendo que houve um crescimento na participação desses grupos e representaram mais de 59% em 2020. Os dados regionais guardam resultados muito diferentes, já que em 2014 os três grupos representavam 84,07% na região Norte, 80,37% na região Nordeste, 69,46% no Centro-Oeste, 54,36% no Sudeste e 23% no Sul. Em 2020 os valores foram de 84,95%, 78,31%, 68,14%, 54,15% e 26,35%, respectivamente. Além disso, a pandemia afetou negativamente esses grupos nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em que pese o fato de a lei do ProUni assegurar a proporção étnica de cada localidade na oferta de vagas, o resultado se mostra satisfatório na ocupação destas, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do país.

REFERENCIAS

- Almeida, S. C. (2006). *O avanço da privatização na educação brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense] <https://bityli.com/RqVKyqNpM>
- Almeida, W. M. (2014). *O ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo – uma abordagem sociológica*. Musa.
- Araujo, A. A. (2012). Access to higher education in Brazil with reference to Prouni. *Higher Education Studies*, 2(1), 32-37. <http://dx.doi.org/10.5539/hes.v2n1p32>

- Carvalho, C. H. A., & Lopreato, F. L. C. (2005). Finanças públicas, renúncia fiscal e o ProUni no governo Lula. *Impulso*, 16(40), 93-104. <https://bitly.com/qZ-SorMsUR>
- Carvalho, C. H. A. (2006). O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*, 27(96), 979-1000. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300016>
- Carvalho, C. H. A. (2014). Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (58), 209-244. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>
- Catani, A. M., & Gilioli, R. S. P. (2005). O ProUni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. *Linhas Críticas*, 11(20), 55-68. <https://doi.org/10.26512/lc.v11i20.3216>
- Catani, A. M., Hey, A. P., & Gilioli, R. S. P. (2006). PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? *Educar*, (28), 125-140. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>
- Catani, A. M., Hey, A. P. (2007). A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. *Atos de Pesquisa em Educação*, 2(3), 414-429. <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2007v2n3p414-429>
- Creswell, J. W. (2013). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (4a ed). Thousand Oaks.
- Edital nº 71, de 13 de dezembro de 2019. (2019, 13 de dezembro). Dispõe sobre o cronograma e demais procedimentos relativos ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. <https://bitly.com/xMFCZvnhw>
- Edital nº 42, de 17 de junho de 2020 (2020, 17 de junho). Dispõe sobre o cronograma e demais procedimentos relativos ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. <https://bitly.com/xrqpmzftB>
- Felicetti, V. L., & Cabrera, A. F. (2017). Trajectories in higher education: ProUni in focus. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 25(95), 308-329. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002501056>
- Fiani, R. (2014). Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. In Gomide & R. Pires (Org.), *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas* (pp. 57-81). IPEA.

- Fontele, T. L. L., & Crisóstomo, V. L. (2016). PROUNI - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação*, 21(3), 739-765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005>
- Lindblom, C. (2010). Muddling through 1: a ciência da decisão incremental. In Heidemann & J. Salm (Org.), *Políticas Públicas e Desenvolvimento* (pp. 161-180). Editora UnB.
- Leoni, F. (2018). *O papel do Tribunal de Contas da União no ciclo de políticas públicas um estudo sobre o programa Universidade para Todos ("ProUni")*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC] <https://bitly.com/HlHYWnFNn>
- Mancebo, D. (2004). "Universidade para Todos": a privatização em questão. *Pro-Posições*, 15(3), 75-90. <https://bitly.com/lwUsibbW>
- Ministério da Educação. (2015). Manual do usuário do ProUni. *Portal do MEC*. <https://bitly.com/KXgNhOWlk>
- Ministério da Educação. (2014, dezembro). A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014. *Portal do MEC*. <https://bitly.com/bhF-TavEuE>
- Ministério da Educação. (2021, abril). *Portal de dados abertos do Ministério da Educação. Secretaria Executiva, Ministério da Educação*. <https://bitly.com/pvBpQYCVh>
- Mongim, A. B. (2015). Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do ProUni. *Educação & Sociedade*, 36(133), 927-943. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015146226>
- Paulino, V. J. A. (2015). Uma escola do tamanho do Brasil: a institucionalização do prouni como forma de democratizar o acesso ao ensino universitário. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, 19(29), 85-104. <https://doi.org/10.22171/rej.v19i29.1567>
- Portaria nº 1132, de 2 de dezembro de 2009. (2009, 2 de dezembro). Dispõe sobre a instituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos - PROUNI. Ministério da Educação. <https://bitly.com/cjVHstMQl>
- Rosseto, C. B. S., & Gonçalves, F. O. (2015). Equidade na educação Superior no Brasil: uma análise multinomial das políticas públicas de acesso. *Revista de Ciências Sociais*, 58(3), 791-824. <https://doi.org/10.1590/00115258201559>

- Schneider, A. C.; Arcego, E., & Schneider, A. C. (2019). The University for All Program (ProUni): from statistics up to the law and the development approach. *Planejamento e Políticas Públicas*, (52), 409-436. <https://bitly.com/nHubGFxsB>
- Sguissardi, V. (2006). Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, 27(96), 1021-1056. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300018>
- Silva; J., Jr, & Sguissardi, V. (2005). A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, (29), 5-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200002>
- Souza, M., & Menezes, M. (2005). Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22(84), 609-634. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000300003>